

EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A - BELOTUR

CNPJ nº 21.835.111/0001-98

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	735	645
Subvenções econômicas para custeio a receber	5	2.178	3.138
Duplicatas a receber		10	10
Estoques	6	16	50
Impostos a recuperar	7	268	322
Adiantamentos		-	1
Despesas antecipadas		51	79
Valores a receber - Convênios	8	942	1.158
		4.200	5.403
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	9	221	240
Investimentos		10	10
Imobilizado	10	36	52
Intangível		-	3
		267	302
TOTAL DO ATIVO		4.467	5.705

PASSIVO

	Nota	2017	2016
CIRCULANTE		1.113	
Fornecedores			2.239
Obrigações trabalhistas		401	65
Obrigações sociais e tributárias	11	394	297
Provisões de férias e encargos		678	569
Adiantamentos de terceiros	12	276	119
Outras contas a pagar		28	20
		2.890	3.309
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para contingências	13	863	1.672
Cauções contratuais		116	117
Obrigações previdenciárias	14	608	603
		1.577	2.392
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15	828	828
Reserva de reavaliação		1	1
Prejuízos acumulados		(829)	(825)
		-	4
TOTAL DO PASSIVO		4.467	5.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receita de serviços	175	64
Subvenções econômicas pra custeio	20.111	17.521
Receita de patrocínios	1.501	1.070
	<hr/>	<hr/>
RECEITA BRUTA	21.787	18.655
Deduções da receita bruta de serviços	(155)	(119)
	<hr/>	<hr/>
RECEITA LÍQUIDA	21.632	18.536
Custo dos serviços prestados	(16.178)	(11.793)
	<hr/>	<hr/>
RESULTADO BRUTO	5.454	6.743
DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS		
Despesas com pessoal	(3.931)	(3.144)
Despesas com serviços de terceiros	(1.948)	(3.803)
Outras despesas administrativas	(31)	(6)
Despesas tributárias	(79)	(531)
Despesas financeiras	(3)	(7)
Receitas financeiras	87	108
Outras despesas operacionais	(509)	(154)
Outras receitas operacionais	960	794
	<hr/>	<hr/>
	(5.454)	(6.743)
RESULTADO OPERACIONAL	-	-
Provisão para Imposto de Renda	(11)	(7)
	<hr/>	<hr/>
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(11)	(7)
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	828	1	(831)	(2)
Ajuste de exercício anterior			13	13
Déficit do exercício			(7)	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	828	1	(825)	4
Ajuste de exercício anterior			7	7
Déficit do exercício			(11)	(11)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	828	1	(829)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(11)	(7)
Ajustes:		
Depreciações e amortizações	16	32
Outros ajustes	7	-
	<u>12</u>	<u>25</u>
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Subvenções econômicas para custeio	960	1.074
Duplicatas a receber	-	14
Estoques	34	(16)
Impostos a recuperar	54	-
Despesas antecipadas	28	56
Adiantamentos	1	2
Outras contas a receber	216	(1.158)
Depósitos judiciais	19	(12)
	<u>1.312</u>	<u>(40)</u>
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Fornecedores	(1.126)	(896)
Obrigações trabalhistas	336	(287)
Obrigações sociais e tributárias	102	498
Provisões de férias e encargos	109	(77)
Adiantamentos de terceiros	157	(463)
Provisão para contingências	(819)	550
Outras contas a pagar	8	(61)
Cauções contratuais	(1)	(38)
	<u>(1.234)</u>	<u>(774)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>90</u>	<u>(789)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	-	(9)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>-</u>	<u>(9)</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>90</u>	<u>(798)</u>
Disponibilidades no início do exercício	645	1.443
Disponibilidades no fim do exercício	735	645
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>90</u>	<u>(798)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **BELOTUR** é uma entidade da administração indireta municipal, tendo personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa, técnica e financeira.

Sua finalidade é a execução do Plano Municipal de Turismo, exercendo a supervisão, coordenação e direção de todas as atividades inerentes ao desenvolvimento do turismo, do lazer e serviços afins, tendo os recursos para seus custeios repassados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - MG.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e estão apresentadas em milhares de Reais.

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas para emissão de acordo com aprovação da administração da entidade em 20 de Abril de 2018.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações foram as seguintes:

a. Apuração do Resultado

O resultado, apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Representado por depósitos bancários e aplicações em Certificados de Depósitos Bancários de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

As depreciações sobre o imobilizado são calculadas pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens, conforme descrito na Nota 10.

d. Outros ativos circulantes

São apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

e. Passivos circulante e não circulante

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e risco de cada transação.

f. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são anualmente revistos para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quanto houver perda estimada, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

g. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço, quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e inclui os correspondentes encargos sociais.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor.

j. Estimativas contábeis

Na aplicação das políticas contábeis da entidade, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas são reconhecidos no período em que são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

k. Provisão para contingências

As provisões para contingências são constituídas com base na expectativa da administração de perda provável, apoiada na opinião dos assessores jurídicos da entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Bancos conta movimento	1	1
Aplicações financeiras	734	644
	<u>735</u>	<u>645</u>

5. SUBVENÇÕES ECONÔMICAS PARA CUSTEIO A RECEBER

A entidade mantém registrado nesta conta os valores a serem ressarcidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, proveniente de gastos com os convênios firmados para a execução do Plano Municipal de Turismo, exercendo a supervisão, coordenação e direção de todas as atividades inerentes ao desenvolvimento do turismo, do lazer e serviços.

6. ESTOQUES

A entidade apresenta um estoque composto por aquisições ao longo do exercício de materiais para escritório, limpeza e outros.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Saldo composto por diversos créditos a recuperar originários de exercícios anteriores, exceto INSS. Não foram efetuadas movimentações, excetuando-se a apropriação de atualizações monetárias para PIS/COFINS sobre Faturamento, IRPJ - estimativa a recuperar – 2013 e IRRF sobre Aplicações Financeiras.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Processo judicial	138	138
IRRF – Aplicações financeiras	59	48
PIS / COFINS - Faturamento	26	80
Saldo negativo DIPJ 2011 / 2012 / 2013	20	20
INSS	23	23
Outros	2	13
	<u>268</u>	<u>322</u>

Os impostos a recuperar, exceto àqueles correspondentes às aplicações financeiras, referem-se a saldos pendentes de compensação, em processo de análise pelos órgãos competentes.

8. VALORES A RECEBER - CONVÊNIOS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Inst. Sócio Educativo e Cultural Quadrilha Pipoca Doce	-	318
Ass. Cultural dos Amigos do Museu de Arte da Pampulha	(a) 400	400
União Junina Mineira	(b) 440	440
Macav Promoções Ltda.	(c) 32	-
Espetim Bar e Restaurante Ltda.	(c) 20	-
Assoc. Moradores Natal Solidário Bairro das Indústrias	(c) 16	-
Diversos	(c) 34	-
	<u>942</u>	<u>1.158</u>

(a) Convênio para concepção, produção e realização do projeto “Celebração do Conjunto Moderno da Pampulha Patrimônio da Humanidade”, em processo de finalização da prestação de contas.

(b) Convênio para conjugação de esforços para a realização do Arraial de Belô 2016 – Grupo Especial e de Acesso

(c) Convênio e patrocínios em processo de finalização da prestação de contas por parte do beneficiado.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A conta registra depósitos judiciais decorrentes de processos trabalhistas, cíveis e de natureza tributária.

10. IMOBILIZADO

	2017		2015		Taxas anuais de Depreciação
	Valor Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Máquinas e equipamentos	75	(62)	13	18	10%
Máqs. e equips. de computação	512	(511)	-	1	20%
Móveis e utensílios	204	(182)	22	28	10%
Veículos	105	(105)	-	-	20%
Aparelhagem telefônica	18	(18)	-	1	20%
Galpão – Parque Mangabeiras	35	(35)	-	-	4%
Benfeitorias	257	(256)	1	4	20%
	1.206	1.169	36	52	

A entidade entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	2017	2016
INSS	181	155
FGTS	65	53
IRRF	131	76
Outras obrigações	17	13
	394	297

12. ADIANTAMENTOS DE TERCEIROS

Refere-se a recursos provenientes de convênios assinados, aplicados em projetos visando o desenvolvimento do turismo.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade é parte em ações trabalhistas, cíveis e fiscais perante tribunais e órgãos governamentais, oriundo do curso normal de suas operações. A administração acompanha o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

O saldo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está assim apresentado:

	2017	2016
Trabalhistas	313	992
Cíveis	514	654
Fiscais	26	26
	853	1.672

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis, no montante de R\$ 2.338 mil em 31 de dezembro de 2017, são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais não requerem sua contabilização.

14. OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Os valores correspondentes às Obrigações Previdenciárias deverão ser compensados com quantias recolhidas indevidamente, tendo em vista o que restou deliberado pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos do recurso especial n.º 1.230.957/RS.

15. CAPITAL SOCIAL

O capital social, totalmente integralizado, é representado por 213.592 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 3,88 cada, totalizando o montante de R\$ 828 mil.

16. COBERTURA DE SEGUROS

A política da Entidade é de manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, levando-se em consideração a natureza de suas atividades operacionais e orientação de seus consultores de seguros.

Aluizer Malab Barbosa do Nascimento
Diretor Presidente

Sebastião Olindo de Mattos
Diretor Administrativo e
Financeiro Interino

Marcos Vinicius Boffa
Diretor de Planejamento e
Economia Criativa

Marcos Barreto Correa
Diretor de Promoção e
Marketing Turístico

Gilberto Cesar Carvalho de Castro
Diretor de Operações e
Eventos Turísticos

Isabel Alves da Silva
Téc. Contab. CRCMG 42.653/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.

Acionistas e Diretores da

EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A - BELOTUR

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A - BELOTUR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A - BELOTUR** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Entidade não possui controle adequado do seu ativo imobilizado e o controle existente não é efetivo, e tampouco foi possível, por critérios alternativos de auditoria, validar de forma conclusiva a sua existência e possíveis ajustes que pudessem ocorrer nas demonstrações contábeis. Consequentemente, não estamos emitindo opinião sobre os valores de depreciações registrados no exercício.

A Entidade não procedeu com o teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor não excedente à sua recuperabilidade. Os controles apresentados pela entidade não permitem avaliar, de forma conclusiva, sobre os valores atualizados, e tampouco foi possível validar, por procedimentos alternativos de auditoria, a necessidade de processar ajustes relativos à redução do valor recuperável.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase - Convênios

Conforme descrito na Nota 8, o saldo de “Valores a Receber - Convênios” refere-se, basicamente, a verbas de “Celebração do Conjunto Moderno da Pampulha Patrimônio da Humanidade - 2016”, em processo de prestação de contas. A definição de tais valores serem considerados ativo circulante ou custo de eventos está condicionada ao encerramento dos processos de prestação de contas das entidades envolvidas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos

que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 20 de Abril de 2018

SOLTZ, MATTOSO & MENDES
Auditores Independentes
CRCMG N° 002.684/O

Isaias Rotstein Soltz
Contador CRCMG 18.253/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL – EXERCÍCIO DE 2017

Parecer do Conselho Fiscal conforme Reunião realizada em 24 (vinte e quatro) de abril de 2018 (dois mil e dezoito) - DELIBERAÇÃO: O Conselho Fiscal, ouvidos os esclarecimentos e informações adicionais indispensáveis e, com base nos Pareceres dos Auditores Independentes, aprovou por unanimidade o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Contas e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2017, recomendando solução às ressalvas no exercício corrente.

Jean Mattos Duarte – Conselheiro Titular

Marisa Seoane Rio Resende – Conselheira Titular

Mônica Maria Teixeira Coelho – Conselheira Titular

Patrícia de Castro Pretti – Conselheira Titular

Silvio Higino de Rezende – Conselheiro Titular